



Simulado Final

PC GO

Agente de Polícia

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado PC GO – Agente de Polícia– Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PC GO;
- 2 – A prova contém **80 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PC-GO-03-12>

- | | | | |
|------------|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE |

PORTUGUÊS

Janaina Arruda

Empresas brasileiras vão apostar em carne cultivada em laboratório

O produto deve ser produzido e comercializado no país a partir de 2024

O Brasil deve entrar no mercado de carne cultivada em laboratório em 2024. Segundo a *The Good Food Institute* (GFI), organização que financia projetos e pesquisas no segmento, o produto será produzido e comercializado no país como proteína alternativa, tanto a partir de vegetais quanto de carne cultivada. No Brasil, há 57 universidades e centros de pesquisa tocando projetos ligados ao setor, atualmente.

A carne cultivada é um método de produção de alimentos de origem animal por meio da extração de células-tronco. Elas são processadas em biorreatores que proporcionam condições necessárias para proliferação e segurança biológica contra contaminações até o produto final, que é extraído por meio de impressão 3-D.

Atualmente, Cingapura é o único país a permitir a venda de produtos de proteína alternativa. E, em 17 de novembro, o FDA, agência norte-americana reguladora de medicamentos e alimentos, aprovou, pela primeira vez, a comercialização de carne criada em laboratório. A licença vale só para a carne de frango.

Na União Europeia, a expectativa é que até o fim deste ano se iniciem os processos para aprovação da carne cultivada, com os primeiros produtos sendo comercializados em 2024, assim como no Brasil.

O processo, obviamente, não é milagroso. As células precisam de nutrientes para crescer na estufa. O que leva a uma contradição. O nutriente mais comumente usado por enquanto é o FBS, ou “soro fetal bovino”, que vem justamente do sangue retirado de vacas prenhes pouco antes do abate. As companhias do setor estão procurando um nutriente sintético que substitua o FBS.

O primeiro hambúrguer criado a partir de células surgiu em 2013, na Universidade de Maastricht, na Holanda, numa experiência do professor Mark Post. O evento histórico envolveu sua degustação ao vivo por uma emissora de TV britânica. O hambúrguer original de Mark Post custou US\$ 330 mil para ser produzido. Em oito anos, esse custo já caiu para menos de R\$ 40 por unidade.

O preço não assusta os investidores, que estão entusiasmados com a ideia. A onda inicial está sendo chamada de “estratégia Tesla”: começar com produtos de alto luxo e popularizar, conforme esse mercado de elite se estabeleça.

Fonte: <https://revistaeste.com/tecnologia/empresas-brasileiras-vaao-apostar-em-carne-cultivada-em-laboratorio/>

01. Considerando o quinto parágrafo do texto, assinale a alternativa correta.

- a) a ocorrência de aspas se deve ao discurso direto de um dos representantes da empresa que desenvolve o nutriente sintético.
- b) o excerto “As células precisam de nutrientes para crescer na estufa” funciona como um argumento de autoridade para a defesa do consumo de carne sintética.
- c) ao fazer uso do termo “obviamente”, o autor reforça a ideia de que a ação realizada em laboratório não acontece de modo imediato ou fantástico.
- d) O termo “nutriente” desempenha a mesma função sintática em todas as suas aparições.
- e) O nutriente sintético possui um sabor não tão agradável quanto ao gosto da carne in natura.

02. Assinale a alternativa em que a expressão em destaque poderia ser substituída por aquela entre parênteses sem que isso modificasse o sentido original do excerto.

- a) O Brasil deve entrar no mercado de carne **cultivada** em laboratório em 2024 (produzida).
- b) há 57 universidades e centros de pesquisa **tocando** projetos ligados ao setor (encostando).
- c) A carne cultivada é um método de produção de alimentos de **origem** animal (progênie).
- d) Cingapura é o único país a permitir a venda de produtos de proteína **alternativa** (objetiva).
- e) O processo, obviamente, não é **milagroso** (misterioso).

03. Referente ao excerto “O nutriente mais comumente usado por enquanto é o FBS, ou “soro fetal bovino”, que vem justamente do sangue retirado de vacas prenhes pouco antes do abate. As companhias do setor estão procurando um nutriente sintético que substitua o FBS”, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) o verbo SER está conjugado no presente do indicativo, indicando ação factual.
- b) A locução verbal “estão procurando” apresenta verbo no gerúndio indicando ação ainda em processo.
- c) O verbo “estão” está no plural para concordar com o sujeito “companhias”.
- d) o verbo “substitua” está no presente do indicativo, indicando que a ação acontece no presente.
- e) A presença do particípio restringe os dois segmentos que acompanha.

04. Em relação à expressão destacada em “começar com produtos de alto luxo e popularizar, conforme esse mercado de elite se estabeleça”, assinale a alternativa correta.

- a) Ela poderia ser substituída por “segundo” sem que isso causasse prejuízo sintático ou semântico ao período.
- b) Ela sinaliza uma relação sintático-semântica de proporção entre as orações.
- c) Ela marca uma relação sintático-semântica de conformidade entre as orações.
- d) São sinônimos dela: na medida em que e de acordo com.
- e) Ela sinaliza uma relação sintático-semântica de causa entre as orações.

05. Sobre o item destacado em “A licença vale só para a carne de frango.”, assinale a alternativa correta.

- a) trata-se de uma preposição com sentido similar a “somente”.
- b) trata-se de um advérbio de intensidade com sentido de acréscimo.
- c) trata-se de um pronome indefinido, cuja flexão no plural equivale a “sós”.
- d) trata-se de advérbio de modo, podendo ser substituído por “apenas”.
- e) trata-se de um advérbio de restrição, delimitando a validade da licença.

06. Sobre o excerto “. Elas são processadas em biorreatores que proporcionam condições necessárias para proliferação e segurança biológica contra contaminações até o produto final, que é extraído por meio de impressão 3-D”, assinale a alternativa correta.

- a) “Processadas”, no excerto em foco, é um verbo transitivo indireto, cuja preposição “em” introduz seu completo.
- b) A troca da preposição “para” por “as” antes de “proliferação” manteria a correção gramatical do período.
- c) a preposição “contra” introduz o completo nominal de “segurança”.
- d) a retirada da expressão “que é” causaria incoerência ao trecho em análise.
- e) A expressão “3-D” é um desvio gramatical, uma vez que não pode ser classificado em nenhuma classe de palavra.

07. Considerando o item destacado em “O **primeiro** hambúrguer criado a partir de células surgiu em 2013”, assinale a alternativa correta.

- a) trata-se de um numeral cardinal
- b) pertence à classe morfológica dos artigos quantificadores.
- c) é a marca linguística que permite o seguinte pressuposto: houve mais de um hambúrguer criado a partir de células.
- d) é a marca linguística que permite a seguinte conclusão: 2014 foi o ano em que o segundo hambúrguer foi criado.
- e) é marca linguística que permite ao leitor identificar incerteza no excerto.

O texto a seguir refere-se às questões 8 a 10.



08. Qual a inferência que pode ser feita a partir da leitura do texto?

- a) Que existe uma preocupação clara do diretor em relação aos alunos, mas que esses não entenderam a preocupação do diretor.
- b) um dos alunos entendeu a preocupação do diretor enquanto o outro não entendeu o que o diretor disse a eles.
- c) a imaginação dos garotos atrapalhava a aula e os outros alunos
- d) A imaginação de Calvin o manteve absorto enquanto o diretor chamava a atenção dos meninos.
- e) Calvin não gostou da bronca do diretor e o associou a um monstro.

09. Qual a relação entre a linguagem verbal e a linguagem não verbal no terceiro quadrinho?

- a) ambiguidade
- b) oposição
- c) causalidade
- d) concordância
- e) finalidade

10. Sobre a expressão “bem passado”, assinale a alternativa correta.

- a) trata-se de um exemplo de variação linguística fantasiosa, pois é uma forma infantil que vem sendo substituída na linguagem das crianças.
- b) É uma forma típica da modalidade escrita da língua, marcando o uso de discurso direto com as aspas.
- c) Na tirinha, “bem passado” estabelece relação de concordância com “arma”.
- d) Embora seja equivalente semanticamente a um adjetivo, o termo “bem” qualifica o monstro que Calvin quer atingir.
- e) Ainda que pareça ser um adjetivo, o termo “bem” é um advérbio de intensidade que modifica o particípio “passado”, com função adjetiva.

**REALIDADE ÉTICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA,
CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS**

Leandro Signori

11. A respeito do Cerrado, é **incorreto** afirmar:

- a) É considerado a savana com a maior biodiversidade do mundo.
- b) Possui seu núcleo central na região Centro-Oeste, se estendendo por outras regiões do Brasil.
- c) Caracteriza-se por um solo com baixo teor de alumínio e uma vegetação tortuosa e xeromórfica.
- d) O processo de intensificação da sua ocupação deu-se com a alta produção de grãos, principalmente a soja, produzida em grande escala para a exportação.
- e) Ao contrário das queimadas, os incêndios são um elemento natural dos ambientes do cerrado e há espécies que só sobrevivem por causa deles.

12. Dentro do processo de expansão capitalista em Goiás, no começo do século XX, um dos fatores de maior dinamização deste processo foi:

- a) a estrada de ferro;
- b) a construção de Brasília;
- c) a Belém-Brasília;
- d) a navegação fluvial;
- e) a industrialização.

13. Sobre a construção de Goiânia e aos seus múltiplos aspectos relacionados informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A construção da nova capital de Goiás recebeu fundamental apoio do governo revolucionário implantado no Brasil em 1930, pois considerava-se o empreendimento como de grande importância para o projeto “Marcha para o Oeste”.
 - () A transferência da capital desconheceu oposição por parte da população da cidade de Goiás, mas sofreu oposição das elites oligárquicas da capital, sobretudo da família Caiado.
 - () O município de Goiânia foi criado juntamente com o lançamento da Pedra Fundamental da cidade no dia em que se comemorava os três anos da Revolução de 1930, em homenagem ao presidente Getúlio Vargas.
 - () O projeto da nova cidade foi elaborado por Atílio Corrêa Lima com traçado urbanístico do tipo radial concêntrico e edificações no estilo arquitetônico *art déco*.
- a) V – F – V – F.
 - b) V – F – F – V.
 - c) V – V – F – V.
 - d) F – V – F – V.
 - e) F – F – V – V.

14. A decadência da mineração do ouro afetou a sociedade goiana do século XVIII provocando:

- a) rápido enriquecimento;
- b) aumento da população;
- c) sensível urbanização;
- d) acelerado êxodo rural;
- e) crescimento da população rural.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocelin

15. Considere a proposição: "Se Pedro é estudioso, então ele será aprovado". Uma proposição equivalente a essa é:

- a) Se Pedro não é estudioso, então ele não será aprovado.
- b) Pedro é estudioso e não foi aprovado.
- c) Pedro não é estudioso ou foi aprovado.
- d) Se Pedro não foi aprovado, então ele é estudioso.
- e) Pedro é estudioso ou não foi aprovado.

16. Se Ricardo é radialista, então Arnaldo não é arquiteto.
Se Corujêncio é carinhoso, então Diego não é dengoso.
Se Diego não é dengoso, então Arnaldo é arquiteto.
Sabe-se que Corujêncio é carinhoso.

A partir dessas informações é correto concluir que

- a) Arnaldo não é arquiteto ou Ricardo é radialista.
- b) Ricardo não é radialista ou Corujêncio não é carinhoso.
- c) Diego é dengoso e Arnaldo não é arquiteto.
- d) se Diego não é dengoso, então Corujêncio não é carinhoso.
- e) Ricardo é radialista e Diego não é dengoso.

17. Se a proposição "Todo concurseiro é estudioso ou é inteligente" é falsa, então é correto afirmar que:

- a) Todo concurseiro não é estudioso ou não é inteligente
- b) Todo concurseiro não é estudioso nem é inteligente
- c) Existe concurseiro que é estudioso ou inteligente
- d) Existe concurseiro que não é estudioso ou não é inteligente
- e) Existe concurseiro que não é estudioso nem é inteligente

18. Uma seção da Polícia Civil de Goiás possui 20 agentes. Decidiu-se que um grupo dessa seção irá realizar uma operação especial. O grupo deverá conter 3, 4 ou 5 agentes. Além disso, 12 agentes dessa seção não poderão participar dessa operação, pois já participaram recentemente de outro grupo de trabalho. Dessa forma, a quantidade de possibilidades para compor o grupo que irá participar da operação é:

- a) 70
- b) 112
- c) 160
- d) 182
- e) 196

19. Há 15 pessoas em um grupo de amigos entre os quais apenas 5 são loiros sendo os demais morenos. Três pessoas desse grupo serão escolhidas aleatoriamente. Nessa situação hipotética, a probabilidade de se escolher pelo menos uma pessoa que seja loira é igual a:

- a) $\frac{1}{91}$
- b) $\frac{2}{13}$
- c) $\frac{9}{11}$
- d) $\frac{67}{13}$
- e) $\frac{67}{91}$

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

20. No que se refere à concentração, desconcentração, centralização e descentralização administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a administração pública transfere, por meio de contrato ou ato administrativo, a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mantendo a titularidade do serviço, ocorre a descentralização por outorga legal.
- b) Uma diferença entre os institutos da desconcentração e da descentralização é que, no primeiro, ocorre uma ruptura do vínculo hierárquico, enquanto, no segundo, o vínculo permanece.
- c) Ocorre a descentralização quando há distribuição interna de atividades dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- d) A concentração é a técnica administrativa utilizada pela Administração Pública para extinção de seus órgãos, com o retorno da atividade para o centro de competências.
- e) A desconcentração material é aquela em que as competências são divididas delimitando as regiões onde cada órgão pode atuar.

21. A súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, ao tratar da autotutela administrativa, dispõe que: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". Essa atribuição é relacionada com qual poder administrativo?

- a) regulamentar.
- b) de polícia.
- c) hierárquico.
- d) disciplinar.
- e) vinculado.

22. Acerca de atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) são elementos dos atos administrativos: forma, competência, motivação, objeto e finalidade.
- b) A presunção de legitimidade e veracidade não está presente em todos os atos administrativos.
- c) O ato composto é a manifestação de vontade de dois ou mais órgãos para a formação um único ato.
- d) Alguns atos podem ser praticados sem a exigência de apresentação dos motivos que ensejaram a sua prática.
- e) Todos os atos administrativos gozam de autoexecutoriedade.

23. A simples comprovação da existência do dano e do nexo causal entre este e a atividade estatal é suficiente para que o Estado tenha o dever de indenizar, não se admitindo nenhuma excludente de responsabilidade. Esse conceito refere-se à teoria

- a) do risco integral.
- b) da culpa administrativa.
- c) do risco administrativo.
- d) da culpa civil.
- e) civilista

24. Levando em consideração a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, a contratação dos serviços técnicos especializados de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas é caso de

- a) realização obrigatória de licitação, na modalidade concorrência.
- b) realização obrigatória de licitação, na modalidade registro de preços.
- c) licitação dispensável, em face da atividade predominantemente intelectual envolvida.
- d) inexigibilidade ou dispensa de licitação.
- e) inexigibilidade de licitação, em virtude de se tratar de profissionais ou empresas de notória especialização.

25. Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa incorreta:

- a) Particulares também podem ser responsabilizados nos termos da lei de improbidade administrativa.
- b) As ações de improbidade não admitem a celebração de acordo de não persecução cível.
- c) A representação por um ato de improbidade pode ser feita por qualquer pessoa, desde que devidamente identificada.
- d) O sucessor do sujeito ativo de um ato de improbidade está sujeito às cominações da lei de improbidade até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- e) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

26. Nos termos do art. 5º, XXXII, da Constituição Federal, “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”. O mencionado preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade imediata.
- b) limitada de princípio programático.
- c) contida e aplicabilidade imediata.
- d) plena e aplicabilidade diferida.
- e) limitada de princípio institutivo.

27. O Poder Constituinte Originário estabeleceu limites quanto à reforma via emendas, dentre eles, estabeleceu que na vigência de estado de sítio, estado de defesa ou intervenção federal a Constituição não pode ser emendada, trata-se do limite:

- a) temporal.
- b) formal.
- c) circunstancial.
- d) material.
- e) procedimental.

28. No que tange aos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a assertiva correta

- a) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário prévia indenização.
- b) Em situações excepcionais devidamente justificadas pela relevância e urgência, a lei poderá limitar a apreciação do Poder Judiciário em relação à lesão ou ameaça a direito.
- c) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento.
- d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- e) Mera intuição de que está havendo tráfico de drogas na casa autoriza o ingresso sem mandado judicial ou consentimento do morador.

29. Em matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal foi identificada a inexistência de qualquer norma editada pela União. Em razão dessa constatação, Maria, Deputada Estadual, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de apresentar projeto de lei sobre a referida matéria. A assessoria respondeu, corretamente, que o Estado:

- a) somente pode legislar sobre a matéria, em caráter suplementar, após a edição de normas gerais pela União;
- b) somente pode legislar sobre a matéria caso a competência lhe seja delegada em lei complementar editada pela União;
- c) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União revoga a lei estadual no que lhe for contrário;
- d) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário;
- e) pode exercer a competência plena e as normas gerais posteriormente editadas pela União não produzirão efeitos, caso colidam com a lei estadual.

30. Considerando as disposições contidas na Constituição Federal, a competência para legislar sobre direitos e deveres das polícias civis é:

- a) privativa da União.
- b) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) exclusiva da União.
- d) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) exclusiva dos Estados.

31. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- a) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- b) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- c) propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.
- d) estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.
- e) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

32. Levando em consideração a Constituição Federal e o entendimento do STF a respeito de segurança pública, assinale a assertiva correta.

- a) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia administrativa e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- b) É constitucional norma da Constituição Estadual que preveja a isonomia de vencimentos entre os membros das Polícias Civil e Militar.
- c) O direito à segurança é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço, contudo, não é possível ao Poder Judiciário determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo.
- d) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.
- e) A polícia judiciária corresponde à polícia preventiva ou ostensiva e de investigação.

DIREITO PENAL

Vitor Falcão

33. Paulo, pretendendo causar a morte de José, desferiu dois disparos de arma de fogo em seu peito e , acreditando que ele já estaria morto, joga José em um rio para que se livrar do corpo. Ocorre que somente na segunda ocasião Paulo obteve o que pretendia desde o início, já que, diferentemente do que pensara, José não estava morto quando foram efetuados os disparos.

Em análise da situação narrada, Paulo deve responder apenas por um crime de homicídio consumado, e não por um crime tentado e outro consumado em concurso, em razão da aplicação do instituto do:

Alternativas

- a) crime preterdoloso;
- b) dolo eventual;
- c) dolo alternativo;
- d) dolo geral;
- e) dolo de 2º grau.

34. Paulo, após sua aprovação em um concurso público, resolveu sair para beber e comemorar com seus amigos e, apesar de não ter a intenção, diante da grande quantidade de álcool ingerida, acabou ficando completamente embriagado, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito dos fatos. Após sair do bar, envolveu-se em uma briga e causou lesão corporal de natureza grave em Jonas, ao desferir vários socos em sua face. Nesse caso, Paulo:

- a) Ficará isento de pena, já que estava completamente embriagado e incapaz de entender o caráter ilícito dos fatos.
- b) Responderá por lesão corporal grave, mas terá sua pena diminuída em virtude da embriaguez culposa.
- c) Responderá por lesão corporal grave e, devido a embriaguez preordenada, terá sua pena agravada.
- d) Deverá responder por lesão grave, uma vez que sua embriaguez culposa não afasta a imputabilidade, nos termos da teoria da actio libera in causa.
- e) Deverá responder por lesão grave, uma vez que sua embriaguez voluntária não afasta a imputabilidade, nos termos da teoria da actio libera in causa.

35. É uma causa excludente de conduta:

- a) coação moral irresistível.
- b) caso fortuito e força maior.
- c) doença mental que torna o agente inteiramente incapaz..
- d) presente coação física, seja resistível, seja irresistível.
- e) embriaguez acidental completa.

36. Pedro, querendo matar sua esposa Paula, por razões do sexo feminino, realiza um disparo de arma de fogo em sua direção. Ocorre que, diante do tranco da arma, Pedro erra o tiro e atinge Afrânio, um senhor de 70 anos, que vem a falecer. Diante dos fatos narrados, Pedro:

- a) Responderá por homicídio culposo
- b) responderá por tentativa de feminicídio e homicídio culposo
- c) responderá por Feminicídio consumado
- d) responderá por tentativa de feminicídio e homicídio doloso
- e) responderá por feminicídio consumado e homicídio culposo

37. Durante o carnaval, Jack, 21 anos, conhece Lolita, e, na mesma noite, eles vão para um hotel e mantém relações sexuais. No dia seguinte, Jack é surpreendido pela chegada de policiais militares no hotel, que realizam sua prisão em flagrante, informando que Maria tinha apenas 13 anos.

Jack, então, é encaminhado para a Delegacia e alega que acreditava que Maria era maior de idade, devido a seu porte físico.

Diante da situação narrada,, Jack agiu em

- a) erro de tipo, tornando a conduta atípica.
- b) erro de tipo, afastando o dolo, mas permitindo a punição pelo crime de estupro de vulnerável culposo.
- c) Estupro de vulnerável consumado..
- d) Erro de proibição, tornando a conduta atípica
- e) erro de proibição, afastando o potencial conhecimento da ilicitude.

38. JOSÉ e PEDRO têm o mesmo desafeto, no caso, MEVIO. Mas desconhecem tal fato. Ocorre que fizeram uma tocaia no mesmo local e momento, sem qualquer tipo de liame subjetivo ou prévio ajuste. Os dois atiram simultaneamente em MEVIO. Apesar de saber que José e Pedro atiraram contra Mévio, a perícia não conseguiu identificar qual o disparo que causou a morte de Mévio. Com relação ao caso,

- a) JOSÉ e PEDRO devem responder por homicídio consumado.
- b) JOSÉ e PEDRO devem responder por tentativa de homicídio.
- c) JOSÉ e PEDRO devem responder por Lesão corporal.
- d) JOSÉ e PEDRO respondem por homicídio em coautoria.
- e) JOSÉ e PEDRO não respondem criminalmente.

39. Hades, durante uma discussão com Teseu, desfere um soco em sua boca, ocasionando a perda de três dentes. Segundo laudo pericial, Teseu ficou com a função mastigatória debilitada de maneira permanente. Diante do exposto, Hades deverá ser responsabilizado criminalmente por:

- a) Lesão corporal gravíssima.
- b) Lesão corporal leve
- c) Lesão corporal grave por incapacidade para ocupações habituais por mais de trinta dias.
- d) Lesão corporal grave por perda ou inutilização de membro, sentido ou função.
- e) Lesão corporal grave por debilidade permanente de membro, sentido ou função.

40. Jenifer, garota de programa, após realizar o programa com Fagner, coloca um sonífero em sua bebida. Em seguida, a mulher efetiva a subtração e deixa o local, sendo certo que o lesado somente vem a acordar algumas horas depois. Nesse contexto, é correto afirmar que Jenifer praticou crime de:

- a) furto qualificado.
- b) roubo próprio com violência própria
- c) estelionato.
- d) Roubo impróprio
- e) Roubo próprio com violência imprópria

41. José ofereceu R\$ 5.000,00 para João, Escrivão de Polícia, para deixar de intima-lo em um inquérito. João aceitou a oferta, mas José deixou de honrá-la. Nesse caso, José responderá por corrupção ativa

- a) consumada e João por corrupção ativa tentada.
- b) tentada e João por prevaricação.
- c) tentada e João por corrupção ativa consumada.
- d) consumada e João por corrupção passiva consumada.
- e) tentada e João por corrupção ativa tentada

42. Sobre o crime de extorsão, marque a alternativa correta:

- a) É crime material.
- b) Não admite tentativa
- c) É admissível a tentativa
- d) Consuma-se com a obtenção da vantagem indevida
- e) Não é possível que o constrangimento seja realizado através de promessa de mal espiritual.

43. Marque a alternativa correta:

- a) A resistência é um crime próprio
- b) O descaminho é uma crime material
- c) A resistência passiva não configura o crime de resistências para fins penais, mas pode tipificar o crime de desobediência.
- d) O crime de contrabando admite o princípio da insignificância
- e) O crime de descaminho não admite o princípio da insignificância

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

44. Relativamente aos princípios processuais penais, é correto afirmar que:

- a) o princípio da vedação de provas ilícitas não é absoluto, sendo admissível que uma prova ilícita seja utilizada quando é a única disponível para condenar o acusado.
- b) o princípio do devido processo legal preceitua que ninguém será considerado culpado até a exarcação da sentença condenatória.
- c) o princípio do duplo grau de jurisdição, expressamente previsto na Constituição Federal, assegura a todos os acusados a revisão da sentença condenatória.
- d) a Carta Magna dispõe que: "Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente", disposição consagrada pelo princípio do juiz natural.
- e) a defesa técnica em processo penal, por ser garantia exclusiva do acusado, pode ser por ele renunciada, desde que haja expressa manifestação de vontade homologada pelo juiz competente.

45. No que diz respeito à aplicação da lei processual penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o processo penal rege-se pelo Código de Processo Penal, em todo o território brasileiro ressalvados, os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
- b) a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- c) a lei processual penal aplica-se imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior.
- d) a legislação brasileira segue o princípio da territorialidade para a aplicação das normas processuais penais.
- e) à lei puramente processual penal aplicam-se os princípios da irretroatividade da lei prejudicial ao réu e da retroatividade da lei benéfica.

46. No que diz respeito ao Inquérito Policial, assinale a resposta correta:

- a) o inquérito policial deve ser instaurado através de relatório e encerrado mediante portaria da autoridade policial.
- b) em razão do princípio da oralidade do processo, não há necessidade de serem as peças do inquérito policial reduzidas a escrito ou datilografadas.
- c) no inquérito policial, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- d) poderá ser arquivado pela autoridade policial, desde que fique comprovada a inexistência do fato ou que o fato não constituía crime.
- e) como responsável pela instauração do inquérito policial, a Autoridade Policial deve agir em qualquer hipótese, somente por requisição de Membro do Ministério Público de quem é subordinada.

47. Quanto ao procedimento comum ordinário disciplinado no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) depois de apresentada a resposta à acusação, o Juiz deverá absolver sumariamente o acusado, se verificadas as hipóteses previstas na lei.
- b) na instrução deverão ser inquiridas, no mínimo, 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e oito pela defesa.
- c) a resposta à acusação deverá ser apresentada em 15 (quinze) dias.
- d) na instrução deverão ser inquiridas, no mínimo, 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e oito pela defesa.
- e) o rito ordinário é adotado quando o crime objeto da ação penal tiver sanção máxima cominada superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

48. No procedimento comum sumaríssimo, previsto na Lei n.º 9.099/95, da decisão que rejeita a denúncia ou queixa é cabível

- a) apelação, em 10 (dez) dias.
- b) apelação, em 5 (cinco) dias.
- c) recurso em sentido estrito, em 10 (dez) dias.
- d) embargos de declaração, em 5 (cinco) dias
- e) recurso em sentido estrito, em 5 (cinco) dias.

49. Sobre a ação penal, é correto afirmar:

- a) ao ofendido, ou a quem tenha qualidade para representá-lo, caberá intentar a ação penal pública que dependa de representação do ofendido.
- b) o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- c) nos casos de ação penal pública condicionada à representação do ofendido, quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 60 dias seguidos a ação será considerada perempta.
- d) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, produzindo efeito em relação ao que o recusar.
- e) A representação será retratável, depois de recebida a denúncia.

50. Acerca da prisão preventiva, assinale a opção correta:

- a) Caberá a decretação da prisão preventiva apenas na fase de investigação policial, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- b) Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, caberá prisão preventiva.
- c) Será admitida a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 313 do Código de Processo Penal, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade mínima superior a 4 (quatro) anos.
- d) o juiz poderá relaxar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- e) A prisão preventiva pode ser decretada apenas por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal que possuam relação de cautelaridade com o processo penal.

51. O acusado J.J andando pelo centro de São Paulo avistou uma joalheria com a porta entreaberta, ocasião em que lá adentrou e subtraiu diversas gargantilhas de ouro branco, colocando-as em sua mochila. Ao sair correndo do estabelecimento comercial, o dono da loja, percebendo a ação do meliante, gritou para o segurança da loja ao lado que o perseguiu e o prendeu sob a alegação de flagrância delitiva. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- a) a prisão em flagrante é ilegal, vez que o segurança não poderia efetuar-lá.
- b) trata-se da hipótese de flagrante presumido.
- c) trata-se da hipótese de flagrante impróprio.
- d) a prisão em flagrante é ilegal, pois é situação de flagrante esperado.
- e) o meliante estava em situação flagrancial, mas só poderia ser preso pela autoridade policial e seus agentes.

52. Se a prisão em flagrante feita por agente policial não contar com testemunhas da infração, apresentado o preso à Autoridade Policial esta

- a) fará diligências no local dos fatos em busca de testemunhas da infração, antes de lavrar o auto de prisão em flagrante.
- b) não lavrará o auto de prisão em flagrante por falta de testemunhas.
- c) lavrará o auto de prisão em flagrante que será assinado apenas pela própria autoridade, pelo autuado e pelo condutor.
- d) lavrará o auto de prisão em flagrante ouvindo o condutor e colherá as assinaturas de duas pessoas que tenham testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- e) convocará parentes do preso para assinar o auto juntamente com ele.

53. No tocante à liberdade provisória, com ou sem fiança, é correto afirmar que

- a) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção.
- b) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.
- c) nos casos em que a autoridade policial não puder conceder fiança, esta será requerida ao juiz, que decidirá em 24 (vinte e quatro) horas.
- d) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 20 (vinte) a 200 (duzentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.
- e) se a situação econômica do preso recomendar, a fiança poderá ser aumentada em até 100 vezes.

54. Com relação à Lei n. 7.960/89, que dispõe sobre prisão temporária, assinale a afirmativa correta.

- a) O prazo da prisão, seja qual for o crime, é de 30 dias prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- b) O prazo, em se tratando de crime hediondo ou assemelhado, é de trinta dias, enquanto nos demais é de cinco dias, não sendo possível a prorrogação.
- c) O juiz poderá decretá-la de ofício, ou a atendendo representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público.
- d) Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, colocar imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.
- e) Os presos temporários, dentro do possível, devem ficar separados dos demais detentos.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

55. De acordo com a Lei Maria da Penha, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial,

- a) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, desde que praticada em relação exclusivamente heterossexual.
- b) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, excluindo-se as esporadicamente agregadas.
- c) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos da mesma família consanguínea, não podendo ser aplicada aos casos de parentesco por afinidade.
- d) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, desde que comprove a coabitação.
- e) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.

56. Anderson, primário, de bons antecedentes, foi denunciado por furto simples, sendo que, em audiência de instrução, o Promotor de Justiça ofereceu o benefício da suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89, da Lei nº 9.099/1995. A suspensão condicional do processo

- a) não pode prever a reparação do dano pelo agente e nem o comparecimento em juízo.
- b) destina-se a crimes em que a pena mínima cominada foi igual ou inferior a 3 anos.
- c) tem como condições a proibição de frequentar determinados lugares e o comparecimento mensal em juízo.
- d) exige que o agente tenha confessado formal e circunstancialmente a prática do delito.
- e) exige prova de que o agente não integre organização criminosa.

57. Foi realizada ação de agentes de polícia infiltrados virtualmente na Internet, com o fim de investigar crime praticado por organização criminosa. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta com base no que dispõe a Lei n.º 12.850/2013, que trata de crime organizado.

- a) O juiz pode ressaltar o direito do infiltrado de ter suas informações pessoais preservadas durante a investigação.
- b) A infiltração admite renovações, mas não pode exceder o total de 360 dias.
- c) É anulável a infiltração se as provas puderem ser produzidas por outros meios disponíveis.
- d) Na hipótese de representação feita pelo delegado, o juiz, após decidir o pedido, cientificará o Ministério Público.
- e) Havendo indícios de que o agente infiltrado sofre risco iminente, o juiz pode sustar a operação de ofício.

58. A Lei nº 12.037/09 dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal. A legislação assevera que o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nos casos previstos na lei. Acerca da identificação criminal, assinale a alternativa correta.

- a) Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado.
- b) A identificação civil pode ser atestada por documento particular com foto, que permita a identificação efetiva do indiciado.
- c) A identificação criminal incluirá o perfil fotográfico e o perfil genético, que serão juntados aos autos de inquérito policial.
- d) Os documentos de identificação militares, para as finalidades da lei, têm a validação condicionada à apresentação conjunta do documento de identificação civil.
- e) Após o trânsito em julgado da sentença, a autoridade judiciária tem a obrigação legal de determinar a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo, sob pena de responsabilidade.

59. Assinale a alternativa que apresenta sanções aplicáveis por força do cometimento de crimes contra as relações de consumo.

- a) Apreensão do produto e suspensão temporária de atividade
- b) Inutilização do produto e revogação de permissão de uso
- c) Cassação do registro do produto junto ao órgão competente e intervenção administrativa
- d) Cassação de licença do estabelecimento e imposição de contrapropaganda
- e) Detenção e multa

60. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

- a) admite-se a modalidade culposa do delito, no caso de demora demasiada no exame de processo, em prejuízo de réu preso.
- b) agentes honoríficos não podem ser sujeitos ativos dos crimes previstos na lei.
- c) a pena de perda do cargo, do mandato ou da função pública somente é aplicável em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.
- d) caso haja aplicação concomitante de pena de suspensão do exercício do cargo público na esfera penal e na esfera administrativa, prevalecerá a pena de maior extensão.
- e) as únicas situações de influência da decisão criminal na esfera civil e administrativa dizem respeito às questões relativas à existência ou à autoria do fato delituoso, quando decididas no juízo criminal.

61. Tibério, servidor público, sofreu condenação por reincidência no crime de abuso de autoridade em maio de 2022, ficando inabilitado para o exercício de cargo público pelo tempo máximo previsto em lei, conforme declarado em sentença. De acordo com a legislação aplicável, Tibério sofrerá o impedimento até o ano de:

- a) 2024.
- b) 2026.
- c) 2027.
- d) 2030.
- e) 2032.

62. No que se refere às disposições da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de Execução Penal), assinale a alternativa incorreta.

- a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho
- b) O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade
- c) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas
- d) O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, possui finalidade educativa e produtiva
- e) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário-mínimo

63. Assinale a opção correta em relação ao sujeito ativo dos crimes de tortura, com base na Lei n.º 9.455/1997.

- a) Qualquer indivíduo pode ser sujeito ativo dos crimes de tortura, já que todos eles são comuns.
- b) Todos os crimes de tortura são próprios, por isso só agentes públicos serão considerados sujeitos ativos desses delitos.
- c) O crime de tortura-prova é próprio, só podendo ser configurado se praticado por funcionário público no exercício do cargo.
- d) A tortura-omissão é crime comum, razão por que é irrelevante a função pública do agente.
- e) O crime de tortura-castigo é próprio, devendo o agente exercer guarda, poder ou autoridade sobre a vítima.

64. Com relação ao Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003), que, entre outros aspectos, estabeleceu regras mais restritivas em relação à compra e ao porte de arma, bem como penas mais rigorosas para os crimes nele indicados, assinale a opção correta.

- a) Aquele que tiver a posse ilegal ou o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, responderá por um mesmo delito (em um caso ou em outro, tanto para a posse como para o porte).
- b) Artigo da lei em questão determinou que o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente, dispositivo este que foi declarado constitucional pelo STF.
- c) A guarda ilegal de arma de fogo de uso restrito, sem munição, no interior da residência, não configura o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, uma vez que o referido delito exige a situação concreta de perigo.
- d) Na lei em apreço, o artigo que dispõe sobre o delito de omissão de cautela prevê reprimenda para aquele que deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de dezoito anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de munição que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade.
- e) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é considerado hediondo.

65. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores e do que estabelece a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)

- a) nos crimes de tráfico de drogas, a causa de diminuição de pena em razão de ser o agente primário, possuir bons antecedentes e não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa é ônus do acusado.
- b) a condenação pela conduta de trazer drogas consigo, para consumo pessoal, prevista no art. 28, da Lei de Drogas, configura reincidência.
- c) o autor da conduta de trazer drogas consigo para consumo pessoal (art. 28, da Lei de Drogas) deve ser encaminhado diretamente ao juiz, que irá lavrar o termo circunstanciado e fará a requisição dos exames e perícias; somente se não houver juiz é que tais providências serão tomadas pela autoridade policial.
- d) a majorante do tráfico transnacional de drogas, prevista no art. 40, I, da Lei de Drogas, configura-se com a consumação da transposição de fronteiras.
- e) é típica a conduta de importar pequena quantidade de sementes de maconha.

CRIMINALÍSTICA

Alexandre Herculano

66. Quanto ao ambiente o local de crime pode ser classificado em

- a) Local instantâneo
- b) Local imediato
- c) Local mediato
- d) Local de homicídio
- e) Local externo

67. Quanto à natureza local de crime pode ser classificado em, EXCETO:

- a) Local de Mediato
- b) Local de Arrombamento
- c) Local de Explosão
- d) Local de Suicídio
- e) Local de crime contra o Meio Ambiente

68. Quanto à preservação o local de crime pode ser classificado em

- a) Local idôneo
- b) Local de arrombamento
- c) Local mediato
- d) Local imediato
- e) Local de crime contra o Meio Ambiente

69. Quanto à disposição dos vestígios o local de crime pode ser classificado em

- a) Local idôneo
- b) Local de crime contra o Meio Ambiente
- c) Local legal
- d) Local ilegal
- e) Local relacionado

70. Assinale a opção correta acerca da coleta e do processamento de evidências.

- a) No local do crime, o sangue no estado líquido é recolhido com conta-gotas, ou outro instrumento, e colocado em tubo de ensaio ou frasco, adicionando-se soro fisiológico e encaminhando-se ao laboratório para posterior análise.
- b) Quando se tratar de sangue seco, a crosta, removida cuidadosamente, é colocada em recipiente plástico ou de vidro, não sendo indicada a adição de soro fisiológico para solubilização em nenhuma hipótese.
- c) Em um exame da mancha de sangue no local de crime, a caracterização morfológica da referida mancha é desimportante.
- d) No caso de vidro que sofreu disparos de arma de fogo, não se podem obter, no local, sem recursos técnicos, informações sobre a direção do choque.
- e) No caso de vidro que sofreu disparos de arma de fogo, informações sobre a direção do curso de determinada ruptura só podem ser obtidas em laboratório.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

71. “Processo de destruição celular, caracterizado por uma série de fenômenos fermentativos anaeróbicos que se verifica na intimidade da célula, motivados pelas próprias enzimas celulares e que levam à destruição do corpo humano logo após a morte. Sem nenhuma interferência bacteriana, como se a célula estivesse programada para agir desta forma em determinado momento e de forma rápida e intensa. É o mais precoce dos fenômenos cadavéricos”.

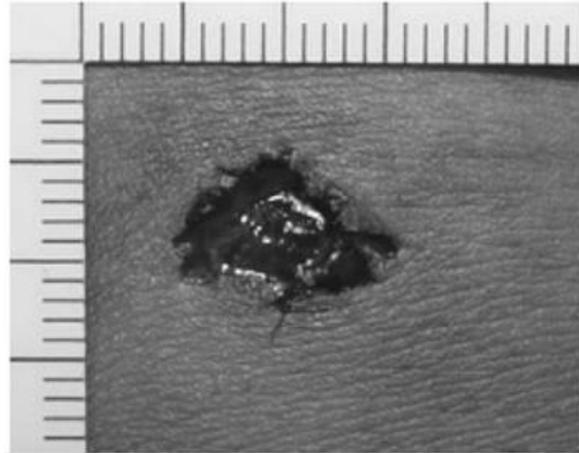
O fenômeno acima descrito corresponde à:

- a) Putrefação
- b) Autólise
- c) Maceração
- d) Saponificação.
- e) Adipocera

72. O estudo de todas as fases percorridas pelo corpo humano após a morte até a sua fossilização, no âmbito da tanatologia forense, é denominado

- a) Esqueletização.
- b) Adipocera.
- c) Tafonomia.
- d) Saponificação.
- e) Putrefação.

73. A figura abaixo, com escala milimétrica, ilustra uma lesão produzida por um projétil de arma de fogo:



Essa lesão provavelmente foi causada pela:

- a) Entrada de projétil disparado a curta-distância.
- b) Entrada de projétil disparado a longa distância.
- c) Entrada de projétil semiencajado.
- d) Saída de projétil.
- e) Reentrada de projétil.

74. Nas necropsias, em casos de morte por asfixias em geral, na ausência de lesões externas específicas, o perito deverá basear o seu diagnóstico no achado de um conjunto de sinais internos, que estarão descritos no corpo do laudo cadavérico. A autoridade policial, ao ler o laudo pericial, irá observar a presença constante de:

- a) Edema cerebral, petéquias pulmonares e sangue coagulado;
- b) Fluidez do sangue, congestão e equimoses viscerais;
- c) Desidratação corporal e hemorragia visceral;
- d) Edema pulmonar, distensão intestinal e congestão vascular;
- e) Encontro de espuma e de corpos estranhos nas vias respiratórias.

- 75.** Considerando que o laudo de exame de corpo de delito descreva ferida com bordas regulares e cauda de escoriação medindo 5 cm na região escapular esquerda, assinale a opção correta.
- a) A lesão descrita foi produzida por instrumento perfurocontundente.
 - b) A lesão em apreço pode ter sido causada por instrumento com duplo gume.
 - c) De acordo com a descrição, trata-se de lesão causada por arma disparada a curta distância.
 - d) Na situação considerada, o instrumento causador da lesão possui, necessariamente, menos que 5 cm de largura.
 - e) No caso em questão, é correto concluir que se trata de lesão corporal de natureza leve.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Géssica Ehle

- 76.** De acordo com o que prevê a Constituição Federal de 1988 sobre a federalização de um crime contra os direitos humanos, o incidente de deslocamento de competência deve ser impetrado pelo Procurador-Geral da República no
- a) Supremo Tribunal Federal.
 - b) Tribunal de Justiça.
 - c) Superior Tribunal de Justiça.
 - d) Tribunal Regional Federal.
 - e) Tribunal Superior Eleitoral.
- 77.** Os tratados internacionais de direitos humanos quando internalizados sob a forma do artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal, são recepcionados com *status* de:
- a) supraconstitucional
 - b) infraconstitucional
 - c) supralegal
 - d) emenda constitucional
 - e) infralegal

- 78.** Nos termos da Lei n. 16.901/10, são unidades de execução tática da Polícia Civil:
- a) Delegacias de Polícia Especializadas Municipais, no âmbito de polícia especializada
 - b) Delegacias Regionais de Polícia, no âmbito de polícia territorial
 - c) Delegacias de Polícia Distritais, no âmbito de polícia territorial
 - d) Delegacias de Polícia Especializadas Estaduais, no âmbito de polícia especializada
 - e) Delegacias de Polícia Municipais, no âmbito de polícia territorial
- 79.** Segundo o que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Goiás sobre as responsabilidades do servidor público, assinale a alternativa correta.
- a) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício regular de suas atribuições.
 - b) A responsabilidade civil decorre de conduta omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, que importe em prejuízo ao erário ou a terceiro, nesse último caso o servidor responderá diretamente pelo prejuízo gerado
 - c) As infrações disciplinares classificam-se, para efeito de cominação da sanção, em leves, médias, graves e gravíssimas
 - d) As sanções civis, penais e administrativas são inacumuláveis e independentes entre si
 - e) Em havendo sentença penal absolutória quanto ao mesmo fato, fundada na sua inexistência material ou na negativa de sua autoria, a responsabilidade administrativa e civil do servidor será afastada

- 80.** Segundo a Lei nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, têm legitimidade para opor recurso administrativo, exceto:
- a) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos
 - b) os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos
 - c) os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo
 - d) as organizações e associações representativas, quando constituídas há um ano
 - e) aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-PC-GO-03-12>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>